



Osório Adriano defende a liberação de recursos para o custeio agrícola

Agricultura deve alcançar bases sólidas

“Os recursos para o custeio agrícola não podem e nem devem ser objeto de posições pessoais de eventuais titulares do poder. Na Assembléia Constituinte, deveremos lutar para que sejam lançadas as bases definitivas de uma política nacional de agricultura que reflita os anseios nacionais e as necessidades urgentes que o setor primário reclama”, convocou o candidato a senador pelo PFL, Osório Adriano, ao falar para um grupo de 1.500 pessoas no Núcleo Rural Incra 8, em Brazlândia.

Osório participou da pequena concentração ao lado do candidato a deputado federal pelo PFL, Valmir Campelo, e manifestou sua preocupação com a falta de rumos definidos para a política nacional de produção agrícola:

— Há dez anos alcançamos o total de 50 milhões de hectares em nossa fronteira agrícola mas não conseguimos progredir além disso. Sabemos que um terço de nossa área poderia ser cultivado, o que representa 852 milhões de hectares, mas hoje só temos 15 por cento desse volume produzindo os alimentos para abastecer a população e gerar os excedentes exportáveis — afirma o candidato.

Osório Adriano ressaltou que o Brasil, um país essencialmente agrícola, teria condições de produzir anualmente 350 milhões de toneladas de arroz, feijão, milho, leite, carne, açúcar, soja e farinha, mas enquanto “o mexe-mexe do governo prevalecer, não será possível uma tomada de posição coerente e correta em nossa política agrária. O ciclo da enxada já acabou. É hora de darmos aos trabalhadores do campo terra, crédito e implementos para produzir de acordo com a sua capacidade de trabalho”, defendeu ele.

O candidato do PFL acha que a vocação agrícola do Brasil só será efetivamente consolidada quando o governo, pressionado pelos instrumentos constitucionais, encarar o setor primário como uma área prioritária:

— Uma vez plantada cada safra, deverão ser conhecidos, antecipadamente, os preços de garantia dos produtos. Colhida a produção, não se pode assistir à perda de enormes quantidades de alimentos apenas porque ainda não se implantou um número compatível de armazéns e silos; da mesma forma, o produtor precisa da segurança de um sistema de transportes que leve sua produção do campo às cidades e, de lá, aos portos de exportação, quando for o caso. Os excedentes não-exportáveis servirão para a formação dos estoques reguladores — raciocina o candidato.

Osório admite que, em tese, esta é a postura adotada por todos os últimos governos no Brasil, mas lembra que, sem uma estrutura eficiente, a agricultura continuará dependendo de iniciativas pessoais dos que, no momento, estiverem ocupando o poder. “Se dermos tecnologia ao homem do campo, remunerá-lo adequadamente e garantir seu investimento e produção, harmonizaremos a oferta e a procura. E, assim, a consequência imediata será a estabilidade de custos e preços”, completou Osório Adriano.